

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.091 - RJ (2019/0036704-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : J G D
ADVOGADOS : ANTONIO CARDOSO DA SILVA NETO - DF026094
ADRIANO DE SOUZA PEREIRA NEVES - DF033867
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por J G D contra acórdão proferido pela 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no julgamento do HC n. 0011399-04.2018.4.02.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi condenado à pena de 28 (vinte e oito) anos e 10 (dez) meses de reclusão, no regime inicial fechado, mais pagamento de 720 (setecentos e vinte) dias-multa, como incurso nos artigos 288, 333, parágrafo único, e 334, § 1º, alínea "c", todos do Código Penal.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação, que se encontra pendente de julgamento.

Buscando a anulação da ação penal, foi impetrado prévio *writ* na origem, que foi liminarmente indeferido.

Contra tal decisão, foi interposto agravo regimental, que foi desprovido.

Sustentam os advogados subscritores das razões recursais que a ausência de exame do mérito do *mandamus* originário configuraria negativa de prestação jurisdicional.

Alegam que se estaria diante de nulidade absoluta, que contaminaria o feito desde a fase pré-processual, não sendo razoável a manutenção da continuidade dos atos processuais.

Afirmam que o parecer técnico apresentado pela defesa em alegações finais não teria sido considerado pelo magistrado singular.

Aduzem que no referido documento foi apontada a inquestionável ausência de credibilidade dos arquivos de áudio e texto das conversas telefônicas interceptadas no curso da Operação Furacão.

Requerem, liminarmente, a suspensão da ação penal, ou, subsidiariamente, que seja obstado o uso dos arquivos de áudio e texto entregue às defesas como fundamento de decidir no julgamento do recurso de apelação, e, no mérito, pugnam pelo provimento da insurgência para que seja reconhecida a ilicitude das provas decorrentes do afastamento do sigilo das comunicações, bem como o desentranhamento de tais elementos de convicção e de todos os demais deles decorrentes dos autos.

É o relatório.

Inferre-se que além do presente reclamo foi impetrado nesta Corte Superior de Justiça o HC 491.396/RJ, também impugnando o acórdão proferido no HC 0011399-04.2018.4.02.0000, e que foi indeferido liminarmente ante a inexistência de manifesta ilegalidade passível de ser sanada na via eleita.

Assim, observa-se que neste inconformismo tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido qualquer fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzido no mencionado *mandamus*, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade do recurso ordinário em apelo.

Nesse vértice:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO DO QUE JÁ DECIDIDO EM RECURSO ORDINÁRIO. INDEFERIMENTO LIMINAR DA INICIAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1 - Versando o habeas corpus mera reiteração do que já devidamente decidido em recurso ordinário interposto pelo ora paciente, na mesma causa, é de rigor o indeferimento liminar da inicial do writ.

2 - Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 414.705/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 04/10/2017)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. INDULTO. PENAS ACESSÓRIAS. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. EFEITOS INFRINGENTES. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. REITERAÇÃO DE PEDIDO JÁ ANALISADO POR ESTA CORTE NO RESP 1.364.954/SC. WRIT PREJUDICADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

3. Ainda que sob fundamentação diversa, este writ traz pedido idêntico ao deduzido no Resp n. 1.364.954/SC, o que impede o seu conhecimento, uma vez que já houve manifestação desta Corte sobre o tema.

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(AgRg no HC 266.215/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 27/09/2017)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea “a”, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator